

AS TERRITORIALIDADES GURUTUBANAS EM CONFLITO COM O AGROHIDRONEGÓCIO: a luta pelas águas do rio Gorutuba, Janaúba/MG - Brasil¹

Priscilla Caires Santana Afonso²

Resumo

A água se tornou recurso estratégico na sociedade capitalista. Nas últimas décadas, muitos foram os estudiosos que analisam e trabalham com o tema através de uma discussão geopolítica que abarca a sustentabilidade ambiental através do sistema de gestão desse recurso pela sociedade. Esse estudo tem como objetivo discutir a gestão da água no hidroterritório do Gorutuba, Janaúba/MG. Para alcançarmos o objetivo desse trabalho, adotamos uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, entrevista com órgãos responsáveis pela gestão e usuários das águas, além de trabalho de campo. Os resultados mostram que existe um processo de privatização das águas no Norte de Minas que tem prejudicado comunidades rurais que deixam de ter acesso ao recurso. Por outro lado, o discurso da escassez muitas vezes se torna parte da dinâmica do capital que transforma a água em mercadoria, torna-a raridade.

Palavras-chave: Agrohidronegócio. Conflitos por Água. Gorutuba.

Introdução

A água, nas últimas décadas, vem se tornando um recurso econômico apesar de ser um bem essencial à vida e à sociedade. Estudiosos alertam para a necessidade de se pensar tal aspecto uma vez que torná-la uma mercadoria, passível de valor de troca, implica em submeter esse bem vital às leis de mercado. Por esses motivos, torna-se imprescindível uma maior preocupação acerca de seus sistemas de gerenciamento. Esses devem contemplar a proteção das fontes naturais, a conservação quantitativa e qualitativa da água e o seu uso racional e justamente distribuído, garantindo os seus múltiplos usos para toda a população.

De acordo com Teixeira (2004), a gestão das águas, no sentido *latu*, é o conjunto de procedimentos organizados no intuito de solucionar os problemas referentes ao uso e ao controle dos recursos hídricos. O objetivo da gestão é atender, dentro de princípios de justiça social e com base nas limitações econômicas e ambientais, às necessidades de água da sociedade, a partir de uma disponibilidade limitada. Entretanto, a exemplo do que vem acontecendo no norte do estado de Minas Gerais, podemos afirmar que os princípios básicos de gestão não têm sido respeitados em todo o território nacional. Tomaremos como exemplo o caso da bacia do Gorutuba em Janaúba/MG.

¹ Nossos agradecimentos à FAPEMIG, pelo apoio financeiro no desenvolvimento da pesquisa.

² Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, priscillacaires@yahoo.com.br

As populações rurais locais têm sofrido com a falta d'água em quantidade e qualidade em virtude da intensificação das atividades capitalistas no campo (territorialização do agrohidronegócio³) e, por conseguinte um profundo desrespeito com as formas locais de gestão da água as quais chamaremos, em consonância com a obra de Galizoni (2005), de gestão comunitária da água. Com o processo de modernização do campo, a água se tornou um bem privado na região causando conflito pela sua posse e controle.

O Agrohidronegócio na região norte de Minas

Estudar a região Norte de Minas Gerais⁴ exige uma reflexão histórico-geográfica de uma área diferenciada do estado mineiro, marcada por longos períodos de estiagem e por ter parte de seu território inserido no semiárido brasileiro. Devido à suas características socioeconômicas e às condições climáticas (que alternam entre grandes períodos de estiagem e períodos de chuva concentrada) o governo brasileiro (através da SUDENE) a inseriu no polígono da secas.

Nessa região os rios perenes, açudes, cisternas e cacimbas são riquezas regionais consideradas como dádiva pelo camponês-sertanejo, chamados pelos estudiosos das questões norte-mineiras de *geraizeiros*⁵, *caatingueiros* (*gurutubanos*), *veredeiros*, *vazanteiros*, de acordo com o domínio ecológico com o qual convive o homem do sertão das gerais. Este pratica a extração de frutos e plantas medicinais do cerrado nas “terras gerais”, local onde seu gado há pouco tempo atrás (antes do processo de modernização regional) pastava à solta, longe de sua lavoura.

³ O termo agrohidronegócio está sendo usado nesse artigo como nos trabalhos de Mendonça (2009) e Thomaz Júnior (2010) para desmistificar a agricultura moderna que tem a água como principal recurso estratégico para a produção de alimentos e de geração de energia. Pela leitura do espaço norte-mineiro, percebe-se que esse modelo de produção ocasiona o domínio da água por grupos com interesses capitalistas, tornando-a insuficiente para usos primordiais como a dessedentação humana e animal ou, ainda, ocasionando perda de sua qualidade.

⁴ A região norte mineira é conhecida como a região dos “sertões” de Minas. Isso implica em uma discussão de vários autores como Ribeiro (2000) que argumenta que no sertão o poder do Estado só chega quando há expansão da fronteira agrícola. Dessa forma há um poder que podemos classificar como “paralelo”, o poder dos coronéis que gerenciam os territórios. Anterior ao poder do Estado e do Capital surge a agricultura camponesa com suas territorialidades tradicionais e específicas para aquele ambiente.

⁵ Expressão utilizada por autores que estudam a questão agrária regional. Ver Dayrell (2000). Os camponeses que habitam o sertão norte-mineiro, por utilizarem das terras gerais, praticarem a extração de frutos e plantas medicinais do cerrado e possuem um modo de vida específico são correlacionados ao campesinato entendido nesse estudo de acordo com Fernandes (2000, 2001, 2004) e Oliveira (2001).

Os *gurutubanos*⁶ aprenderam a conviver com as adversidades locais e a explorar de forma sustentável as potencialidades ambientais, mas, na atualidade seu estilo de vida e cultura tiveram que ser reestruturados para se adequar a nova realidade regional. O processo de modernização do campo promovido pela SUDENE insere nos espaços do entorno das comunidades rurais a lógica do capital que é bem diferente da camponesa. Por consequência, houve o escasseamento das terras gerais, que obrigou muitos agricultores a cercar suas terras e protegê-las dos animais (que agora pastam próximos à lavoura) e da invasão do agrohidronegócio. Porto-Gonçalves (2004) relaciona a modernização da agricultura no Cerrado do Norte de Minas aos cercamentos da Inglaterra; porém, nesse espaço acontece o “cercamento do agrohidronegócio” (embora o autor não utilize tal expressão). O autor relembra que a própria “ausência” do camponês nas terras *gerais* favorece a territorialização da agricultura moderna, mas esclarece que essas não eram desabitadas.

São as décadas de 1960 e 1970, que marcam as transformações espaciais ocasionadas pelo processo de (des)envolvimento regional (PORTO-GONÇALVES, 2000) também a industrialização de alguns municípios da região. Rodrigues et al. (2005), esclarece que o desenvolvimento regional se estabeleceu sobre quatro eixos de desenvolvimento: (a) o reflorestamento de eucaliptos e pinus em diversos municípios da região; (b) implantação de grandes projetos agropecuários; (c) a instalação de indústrias; e (d) a implantação de perímetros de agricultura irrigada. Tanto os projetos industriais quanto os de irrigação, encontram-se concentrados em poucos municípios com a produção voltada para os mercados extrarregionais ou internacionais.

Todas as políticas disseminadas para o “desenvolvimento” regional não significaram, entretanto, a distribuição de riqueza e renda, sendo a população local deixada à margem das políticas públicas regionais. A partir de então, inicia-se a pressão sobre os recursos naturais, sobretudo da água. As comunidades rurais na atualidade vivenciam conflitos que se estruturam de diferentes formas na tentativa de sair da histórica invisibilidade social e reivindicar o direito de existir com dignidade em seu território.

⁶ A grafia “*gurutubano*” é proposta por Neves (1908), primeiro historiador regional a se referir aos negros que se aquilombaram no Vale do Gorutuba. Quando houver referência ao rio Gorutuba, a grafia será a convencional, com “o”.

Para iniciar tais análises, discutiremos a seguir o nosso entendimento sobre o que nominamos de território *gurutubano*⁷, território de conflitos e de luta pela existência de grupos tradicionais que modificam cotidianamente sua cultura sem, contudo, deixar suas práticas tradicionais de gestão dos recursos.

O território das Gerais e as territorialidades do agrohidronegócio

Pensar o território *gurutubano* é buscar o entendimento de um território marcado por múltiplas funcionalidades e territorialidades. Mas, entende-se que essa não pode ser a única análise a ser considerada. Existem outras territorialidades que se expressam e ajudam a (re)afirmá-lo a (re)construí-lo cotidianamente.

Para Haesbaert (2005) o território é sempre múltiplo enquanto “espaço-tempo-vivido”, é diverso e complexo, e, portanto, o olhar de quem o estuda deve perceber tais diversidades, em especial em se tratando de um território simbólico, dos usos, do pertencimento.

A relação com o território dos usos se estabelece em função de um modo de vida e cultura peculiar que se opõem dialeticamente à propriedade privada capitalista, imposta pelo Estado e pelo capital (representado pelo agrohidronegócio). A legitimação desse território acontece por meio do trabalho, e se reafirma com a construção de formas próprias de produção, que são culturais. “É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre cultura e espaço”. (BONNEMAISSON, 2001, p. 101).

A cultura para Claval (2001, p. 63) é “a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas”. Tal concepção permite a análise de que existem grupos diferenciados por características comuns envolvidos em um conjunto de relações construídas a partir de saberes, símbolos e significados que são partilhados entre si, ou ainda, pode está ligada ao fato da existência e inteiração de um grupo com a natureza ou com o espaço que ocupa, construindo identidades próprias, mas que é respaldado em um saber derivado da tradição, daquilo que foi repassado por gerações.

Em função de suas necessidades básicas para a manutenção de uma existência digna, esses moradores partilham saberes e estabelecem vínculos, na intenção de manterem-se parte

⁷ Para maior aprofundamento sobre o tema, ver os estudos de Afonso (2013).

de um grupo. A reprodução de saberes e a formação de identidades sócioespaciais criam um lugar de heranças históricas, presentes na memória e evidenciados nas representações do território como espaços vividos e dotados de significados. A identidade na verdade se forma “não apenas no espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, com o poder controlador do território”. (SOUZA, 1995, p. 84).

Para a análise do território *gurutubano* é preciso entender que esse se estrutura sobre o território do Estado⁸ (é desse que emana todos os demais territórios), ou seja, é uma fração dele. Desse território emanam governança, soberania e poder político (apesar das duas últimas não serem exclusivas do território do Estado). Este está em disputa pelos demais territórios, mas, quanto associado ao território do capital, desterritorializa o *gurutubano* através da destruição das relações culturais, modos de vida e trabalho, além das formas de uso da natureza.

Ainda na tentativa de controle do território *gurutubano* (território de resistência) e de forma consorciada, o território do Estado e o capitalista criam políticas públicas que garantem a apropriação dos recursos da natureza que são essenciais ao território *gurutubano*, como terra e água. Essas políticas desmerecem as formas culturais de uso e gestão e impõem a apropriação capitalista desses recursos. A propriedade da terra de forma comunal, também não é reconhecida juridicamente pelo território do Estado, que reconhece a propriedade privada capitalista, não aquela que se estabelece pela posse, pelo uso (próprio das comunidades *gurutubanas*).

Há de se ressaltar que o território capitalista (produzido por relações sociais capitalistas) é oposto ao *gurutubano*, pois é criado a partir de relações diferentes. As relações capitalistas produzem propriedades privadas se apropriam das terras (como propriedade e recurso) e das águas, destruindo as relações de trabalho e cultura, além das demais relações que sustentam o território camponês. O território capitalista exerce um poder formal e concreto (dominação) diferente do poder exercido pelo território *gurutubano* que emana do valor dos usos, das marcas do vivido, do simbólico.

Entretanto, o capital e seu poder de dominação nem sempre subjugam o território dos usos em uma relação entre dominantes e dominados. Apesar da existência de territorialidades

⁸ O Território do Estado é discutido aqui de acordo com a obra de Fernandes (2009). Cabe ressaltar ainda, que concordamos com o autor que considera a totalidade como um princípio do território, ou seja, cada território é um todo. Entretanto, este todo é parte da realidade que deve ser entendida a partir da multidimensionalidade, pois no caso do território do Estado, este contém todos os tipos de território.

próprias do capital ter sido forjada no território dos usos (o *gurutubano*), não se subjugou a “apropriação” pela “dominação”, nem tampouco houve a “vitória” dos “dominantes” sobre os “dominados”. Existem movimentos de revalorização, reconstrução e reorganização da identidade geraizeira por intermédio de suas relações sociais afetivas e dos modos de vida.

No campo, a agricultura nos moldes modernos é a principal territorialidade do território capitalista. Esta promove a dominação (ou propriedade) e controle dos recursos da natureza e, apesar de, em primeira análise, comprometer as formas de apropriação do território *gurutubano*, instigam dialeticamente formas de garantir a existência desses sujeitos.

Exemplo disto é a modernização da agricultura regional (alicerçada no capitalismo) que torna “[...] o cerrado norte mineiro uma área de convergência de agricultores de todo o país, quanto então muitos buscavam financiamento fácil e subsidiado através de incentivos fiscais.” (PAULA, 2009, p. 83). Vários projetos foram implementados na região, entre eles os projetos de colonização e irrigação. Os empresários do campo se aliam à antiga elite e ocasionam o “cercamento” da pequena produção *geraizeira* (*gurutubana*).

Em pouco tempo é diminuída a oferta de terras devido à privatização das terras *gerais* e a expulsão de muitos moradores de suas propriedades. A diminuição da disponibilidade de água é ocasionada pelas “cercas”, novas tecnologias e outorgas concedidas aos empresários do campo, apesar da gestão técnica legislar que a água é um bem comum e um direito de todos e que deve ser respeitado seus usos múltiplos.

Este modelo de agricultura, baseado na produção e produtividade “deu certo”, como demonstra as várias safras recordes regionais como da banana em vários anos consecutivos. Entretanto, deixa como efeito colateral a exploração exacerbada dos recursos naturais como a água, base para ao novo modelo produtivo, e o solo, que passa a ser adaptado através da calagem, dos fertilizantes, pesticidas e herbicidas, as sementes (híbridas), num processo inverso ao lógico que seria de preparar a planta para o solo. A poluição dos solos é proporcional à poluição das águas, que são contaminados pelos insumos agrícolas.

Provoca, ainda, o “inchaço” das cidades de médio porte, como Montes Claros, que esboça uma estrutura urbana em melhores condições que as demais cidades regionais, e continua a subjugar a mão de obra regional que, muitas vezes, tem de se submeter a condições subumanas de trabalho. Outra forma de uso das águas, instituída pelo novo sistema, é para a geração de energia. Houve a construção de usinas hidrelétricas que visavam ao suprimento das novas necessidades energéticas do espaço rural e urbano. Essas causaram impactos

diversos ao meio ambiente, desapropriação dos ribeirinhos e, fundamentalmente, modificaram a vazão dos rios.

A pecuária de corte bovina, historicamente territorializada no Norte de Minas, recebeu incentivos da SUDENE que contemplou grandes unidades produtivas. Esses pecuaristas acabaram por concentrar ainda mais terras em suas mãos por meio da expropriação dos antigos moradores de suas fazendas, que “moram de favor”.

Merecem destaque, ainda, os novos usos dados às terras *gerais*, que são de chapadas conhecidas e citadas na literatura por serem áreas responsáveis pela captação de água pelos aquíferos, áreas de recarga. Estas terras planas e, portanto, próprias para o uso intensivo de máquinas, tiveram seus solos compactados e/ou pisoteados pelo gado, impedindo a percolação natural da água e dificultando o abastecimento dos lençóis freáticos. Os rios e nascentes são prejudicados e os pequenos córregos que, em muitos casos, são intermitentes, tornam-se efêmeros.

As bacias hidrográficas regionais são expostas a todo tipo de impactos ambientais e para compreendê-los em sua dimensão física e social é preciso identificá-los e discuti-los no lugar, nas comunidades rurais, conforme faremos a seguir, analisando a comunidade de Jacarezinho em Janaúba/MG.

A comunidade de Jacarezinho no vale do Gorutuba: sua história e formas de uso dos recursos naturais

Para se estudar a comunidade de Jacarezinho no Vale do Gorutuba (Janaúba/MG), é preciso estabelecer como ponto de partida a sua história, mesmo que de forma breve, para se compreender quem são os sujeitos desse lugar e que se intitulam *gurutubanos*.

Segundo Costa Filho (2008), o termo Gorutuba origina-se da grande quantidade dos sapos conhecidos como *Kuruatuba* (sapo grande ou *Kururu*), dando origem à denominação do rio e do povo. Já Pires (1982) estuda etimologicamente o termo *Curutuba* como “cururu” - sapo, “tuba” - rio, Rio dos Sapos. Fato é que ambos os autores (e os sujeitos locais) nominam o povo e o rio com um só nome, mostrando uma íntima relação.

O povo *gurutubano* se origina do casamento dos negros, habitantes dos quilombos do Norte de Minas, e dos índios Tapuias que chegam à região no início do Século XVIII. As características climáticas, transição do clima semiárido para o subúmido, com duas estações

bem marcadas, inverno seco e verão chuvoso; e a presença da malária até o século XX foram responsáveis pelo isolamento desse território, conforme aponta Costa (1999, p. 25), “[...] o caráter insalubre da região, era devido à existência de focos de malária e sua inadequação ao povoamento”. O Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES (2008, p. 46) complementa que: “[...] como a população de origem africana apresentava maior resistência a essa doença endêmica, a malária serviu como escudo que permitiu a ocupação desse local por escravos e outros negros”.

Devido a seu isolamento, tal povo desenvolveu uma forma peculiar de lidar com a natureza, trabalhando seus recursos de acordo com as limitações e potencialidades do ambiente caracterizado pela interseção da caatinga com o cerrado e suas formações de transição. Tal situação ambiental dessa região, formada pelos vales dos rios Pacuí, Verde Grande e Gorutuba, permite então o surgimento de:

[...] três categorias identitárias: os Gorutubanos, os Caatingueiros e os *Geraizeiros*, definidos a partir de unidades sócionaturais (o vale do Gorutuba e seus habitantes tradicionais; a caatinga e seus habitantes tradicionais, os gerais e seus habitantes tradicionais) (COSTA FILHO, 2005, p. 47).

Entretanto, o autor esclarece que o povo *gurutubano* deve ser estudado como parte do grupo dos *caatingueiros*, conforme justifica:

Os Gurutubanos são também *caatingueiros*, embora se oponham aos mesmos por fatores raciais, culturais e histórico-conjunturais; são católicos, embora conjuguem catolicismo popular e práticas africanistas; têm ligação com o sindicato de trabalhadores rurais; são parentes de moradores de Janaúba, Jaíba, Porteirinha e outras cidades da região; dentre outras. E para além desse circuito de relações, que considera-se aqui como horizontal, existem as relações com os fazendeiros, com os políticos, com os agentes econômicos, que se estabelecem num plano societário vertical ou hierárquico (COSTA FILHO, 2005, p. 47).

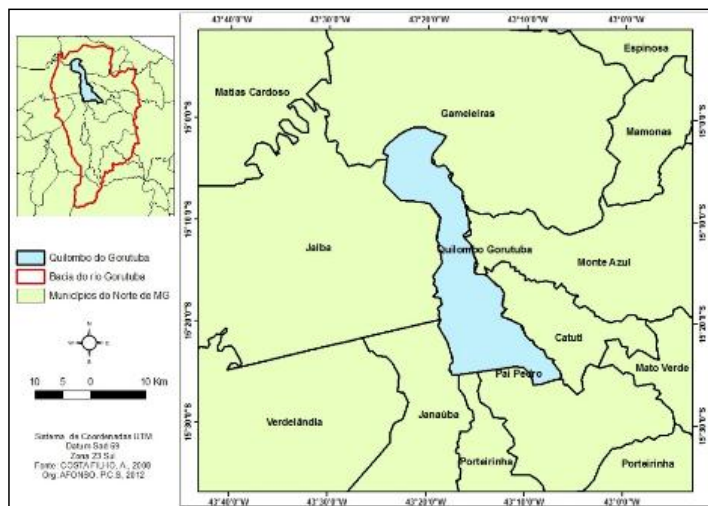
Ainda segundo o autor, os *caatingueiros* tradicionalmente ocupam áreas de solo mais fértil, sendo a área de caatinga considerada superior ao cerrado no tocante a produção, apesar da menor disponibilidade de água. Já os *gurutubanos* são “[...] olvidados provavelmente porque representam uma mácula na imagem de prosperidade interiorizada e reproduzida pelos demais Caatingueiros”. (COSTA FILHO, 2005, p. 47-48).

O território *gurutubano* atualmente se limita à região de ocupação das 27 comunidades⁹ reconhecidas pela Fundação Palmares, que atualmente se localizam na

⁹O Laudo de Identificação e de Delimitação Territorial do Quilombo do Gorutuba (Norte de Minas Gerais) identifica as 27 comunidades como parte do Quilombo do Gorutuba, a saber: Açude, Pregó, Corrida de Pedra, Gorgulho, Loreana, Pé de Ladeira, Guerra, Salinas Maravilha, Salinas II, Gado Velhaco, Sudário, Lagoa de Barro, Canudo, Picada, Pacuí II, Barra do Pacuí, Gorgulho, Taperinha I, Califórnia, Tabua, Jacaré Grande, Barroca, Lagoa dos Mártires, Salinas V, Vila Santa Rita, Pacuí I, Salinas II.

confluência dos municípios de Gameleiras, Monte Azul, Catuti, Pai Pedro, Porteirinha, Janaúba e Jaíba (Mapa 2). Essa área de interseção é nominada de Quilombo do Gorutuba.

Contudo, durante os trabalhos de campo, pôde-se verificar a presença de pelo menos mais 15 comunidades, somente no município de Janaúba, em busca desse reconhecimento. Isso porque se tornar comunidade tradicional remanescente de quilombola, significa “ser aceito” ou “ser reconhecido” como parte de um grupo. Além disso, é sinônimo da legalidade no território do Estado, do capital, o que significa a garantia de não ter suas terras sucumbidas ao agrohidronegócio e à pecuária extensiva.



Mapa 2: Localização do Quilombo do Gorutuba – Janaúba/MG
 Fonte: COSTA FILHO, A., 2008.
 Org.: AFONSO, P.C.S., 2016.

Jacarezinho e suas vizinhas, Monte Alto I e II, Lagoa Grande, Mundo Novo, Pai Geú, são exemplos de comunidades que estão em busca de serem legalmente reconhecidas como remanescentes de comunidades de quilombos. Tal processo é recente no Brasil e se inicia com a aplicação do artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 189), que afirma “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”.

De acordo com O’Dwyer (2010), a Associação Brasileira de Antropologia teve importante contribuição ao iniciar, em 1994, os estudos sobre o conceito de comunidade

remanescente de quilombo, com vistas à aplicação do artigo 68. O termo quilombo passou a ser ressemantizado não mais como resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou a uma população estritamente homogênea, mas como sinônimo de “[...] grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução dos seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio”. (O’DWYER, 2010, p. 43). Para esta autora, a identidade social desses grupos se define por experiências vivenciadas, assim como valores compartilhados por uma história comum, diferenciando-se do restante da sociedade brasileira.

A definição jurídico-normativa do conceito de remanescente de quilombo veio a ser veiculada somente em 2003, por meio do Decreto 4.887 (BRASIL, 2003, p.40) que, em seu artigo 2º, considera comunidades remanescentes de quilombos como “[...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

A iniciativa do Decreto 4.887/2003 instituiu novas normas que regulamentam procedimentos para identificação, reconhecimento e regularização (delimitação, demarcação e titulação) das terras ocupadas por quilombolas, delegando ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a competência para a titulação das áreas e à Fundação Cultural Palmares - FCP a missão de expedir, por meio do Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos,

[...] a certificação dos grupos de afrodescendentes que se auto-reconheceram como quilombolas. Ressalte-se que o Decreto em referência [4.877/2003] se fundamenta na Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, que considera a consciência identitária dos povos indígenas e tribais como critério para a sua identificação. (GUIMARÃES, 2012, p. 3-4).

Almeida (2008, p. 26) alerta que o reconhecimento dos territórios quilombolas não está isento de situações de conflito, uma vez que “[...] rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impedem as transformações na estrutura agrária”.

No território *gurutubano*, não é diferente. A luta pelo território e pelo reconhecimento identitário como remanescentes de quilombola iniciou-se pelo trabalho de autoconhecimento que evoluiu para a organização das Associações de Moradores.

Acredita-se que o que deflagra tal processo, como já exposto, foi a busca pelo pertencimento e a necessidade de “proteger”, de (re)construir seu território, invadido e ocupado nos anos 1950, quando a malária foi extinguida e houve a territorialização das fazendas de gado e consequente expulsão desses povos de suas terras. Mais tarde, principalmente na década de 1970 com as políticas públicas da SUDENE, há uma intensificação da expropriação.

A territorialização da pecuária, mais tarde do eucalipto e dos projetos de irrigação (bases da modernização regional) e o posterior controle dos recursos naturais como a água, provocaram grandes distorções no cenário regional. Os sujeitos do agrohidronegócio (antigos latifundiários) tiveram acesso a um dinheiro oficial e barato para investirem em suas propriedades, em contrapartida os pequenos agricultores ficaram abandonados a sua própria sorte.

Atendendo a diversas reivindicações das comunidades rurais iniciam-se, nos anos 1980, por parte do governo federal e estadual, políticas de correção ou “programas especiais” com caráter claramente assistencialista que tinham como objetivo integrar as populações dos *gerais* à dinâmica da economia de mercado. O Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Gurutuba – PDRI, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste – PAPP, o Projeto Sertanejo, foram alguns exemplos de investimentos que objetivavam viabilizar a modernização das pequenas propriedades.

No entanto, foram poucos os agricultores tradicionais “beneficiados” e que se “modernizaram”. O povo *gurutubano* ficou sempre à margem. Já os *caatingueiros*, de acordo com Costa Filho (2008, p. 75), fizeram parte desse processo.

No centro do Norte de Minas, os programas e projetos governamentais alcançaram muito mais *Caatingueiros* (não *Gurutubanos*) que os *Geraizeiros*, acentuando as diferenças e exacerbando processo de discriminação, exclusão e emigração.

Entende-se que a exclusão histórica vivida pelos *gurutubanos* dentro do grupo *caatingueiro*, marcada pela diferença de origem racial, cultural e pela relação de prosperidade entre esses sujeitos, é intensificada pelo agrohidronegócio que se estabelece no território dos usos, “obrigando” esses sujeitos a se reinventarem, sob pena de desaparecerem.

A comunidade de Jacarezinho e as formas de gestão da água

Jacarezinho é uma comunidade populosa para os padrões norte-mineiros. Nela vivem em média 5.000 pessoas ou 600 famílias às margens do rio Gorutuba, especificamente entre a fazenda de gado Lagoa Grande e os projetos de irrigação. Para estudar como tantas famílias vivem nesse lugar, foi preciso entender que:

Os gurutubanos se constituem numa unidade estilhaçada, uma miríade de pequenas comunidades negras rurais aparentadas, configurando alguma sorte de continuidade estrutural em pequenos espaços territoriais descontínuos. Num contexto marcado pela invisibilidade histórica (historiografia regional - mineira - e micro-regional - norte-mineira), representações depreciativas (dos regionais a respeito do povo gurutubano), pela exiguidade de recursos naturais (acesso limitado à terra, à água, a alimentos), os gurutubanos sobrevivem, mantendo práticas sociais e saberes tradicionais (COSTA FILHO, 2005, p. 45).

É bastante perceptível que existem forças desagregadoras: expropriação de suas terras, desequilíbrios ambientais, reconfiguração da estrutura fundiária e agrária, privatização das águas do rio Gorutuba, estímulo ao agrohidronegócio por parte das políticas governamentais, dentre outros, que são causadas pela força dominante do capital(em associação com o Estado).

Portanto, uma pergunta imediatamente surge: porque essas comunidades não foram desarticuladas, chegaram ao fim? Como existir num ambiente marcado pela “desordem” ambiental, pela “seca” que é percebida a cada dia como mais intensa?

Pode-se afirmar que existe um poder que atua em sentido contrário e permite a manutenção do território dos usos. Esse atua no plano da memória, da sociabilidade e das práticas sociais, devido à necessidade de existir. É possível afirmar que as comunidades *gurutubanas* guardam relações de parentesco, modo de vida, princípios de organização, formas de sociabilidade que lhes garantem a existência e a (re)criação de seu território, legitimado pelo trabalho na terra.

Durante os trabalhos de campo ouviram-se relatos dos sujeitos, que saíram da comunidade “fugidos da seca” e sua busca por outros lugares que fossem construídos em cidades como Brasília e Belo Horizonte, onde se esperava uma condição de “vida melhor”. Esses mesmos sujeitos voltaram à Jacarezinho, por descobrirem que:

Em Belo Horizonte eu não existia. O povo é individualista, cada um pensa em si, nem se preocupa com ninguém. Tem violência, não é um bom lugar para se criar os filhos. [...] eu precisava de me encontrar, apesar de estudar de ler, eu não sabia quem eu era. Então eu trabalhei e voltei, fui policial, me tornei professor, agora sou representante da associação de moradores, assim como meu amigo que tem história parecida e é presidente da Associação dos Quilombolas. (M.V.S., gurutubano da comunidade de Jacarezinho).

Hoje, a luta é pelo reconhecimento de uma identidade de quilombola-*gurutubano*, de melhoria das condições de vida que implicam em acesso a educação, saúde, transporte, cultura, água de qualidade. Enquanto isso, vive-se de maneira comunal, usando os recursos da natureza de forma cultural. Isso se reflete na paisagem, conforme a figura 1 que apresenta a estrutura do sistema de cultivo *gurutubano*. Nela, podem-se identificar múltiplos sistemas familiares que Costa Filho (2008) nominou de “agrossistema familiar ampliado”. Significa que esses sujeitos convivem em diversos sistemas produtivos familiares em propriedades que são comuns.

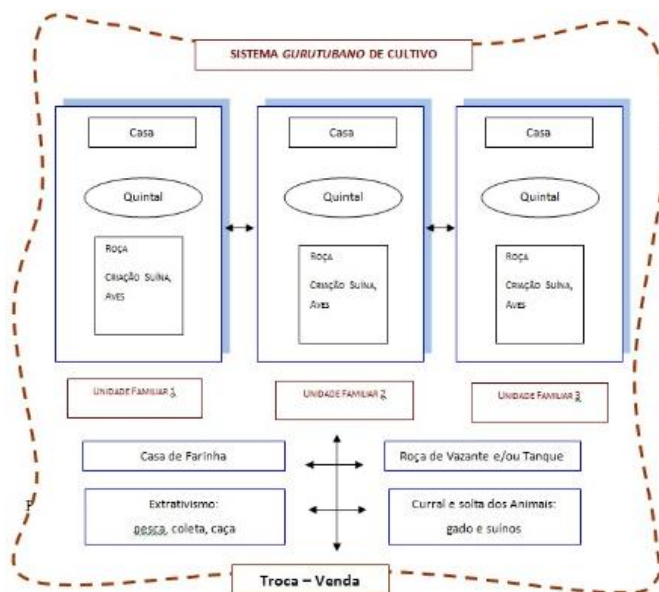


Figura 1: Sistema *gurutubano* de cultivo

Fonte: COSTA FILHO, A., 2008.

Org.: AFONSO, P.C.S., 2012.

As terras que cabem a cada família vão se “subdividindo” à medida que filhas(os) e netas(os) se casam, e constituem seus próprios sistemas produtivos integrados aos dos pais, avós e irmãos. Nesses sistemas foram identificados espaços diferenciados destinados a múltiplas funções que seguem as limitações e potencialidades de cada ambiente.

A roça é componente fundamental na estratégia agroalimentar dos *gurutubanos*. Uma diversidade de culturas é produzida nas unidades paisagísticas. Existe a roça no capão, no

tanque (antigo furado), no carrasco e na vazante, dependendo da disponibilidade e acesso a esses ambientes.

Os comunitários explicam que historicamente as roças eram cercadas nos lugares de vegetação mais densa e eram plantadas de maneira comum. Atualmente, todas as plantações são cercadas (presas) para evitar a invasão de animais.

Os gêneros mais comuns da roça *gurutubana* são milho, feijão gurutuba, algodão, abóbora, maxixe, mandioca, batata doce, arroz e hortaliças, essas últimas dependendo da disponibilidade de água.

Os quintais são espaços cuidados pelas mulheres. Nele, são cultivadas frutas, pequenas hortas, plantas medicinais, mandioca, feijão gurutuba, andu e milho. Esse espaço é importante para as estratégias de seguridade alimentar, pois produzem alimentos que complementam a dieta. Pode-se destacar a presença de mamão, pinha, caju, coco, urucum, maracujá, limão, laranja, goiaba, café, alecrim, arruda, hortelã, quiabo, maxixe, abóbora, couve, alface, alho, tempero verde, dentre outros.

A criação de animais é relevante na estratégia produtiva desses sujeitos, assim como no exemplo *geraizeiro*. Em Jacarezinho o gado “pé-duro”, equinos, ovinos, caprinos, suínos e as aves, servem como uma poupança para os períodos críticos de seca ou como seguro ao qual se recorre em caso de doença. Além disso, fornece carne, leite e ovos aos comunitários. Existem, em algumas propriedades, currais onde se prende por determinados períodos o gado ou porcos, e podem ser usados por mais de uma família.

As poucas áreas destinadas a Áreas de Proteção Permanente - APPs na comunidade constituem o que sobrou dos *carrascos* (*terras gerais*) e servem ainda para a extração de mel, lenha, plantas medicinais e frutos.

Pode-se perceber que os locais desenvolveram uma estratégia agroalimentar quase autossuficiente apesar de conviverem em um ambiente de “poucas chuvas”, o semiárido brasileiro. Os mais velhos dizem que o cardápio era composto, e em parte continua sendo estruturado, pela farinha, toucinho, carne de peixe (já bastante escasso), aves e boi, às vezes arroz.

Merece destaque na comunidade o uso da farinha que, de importante elemento da alimentação, passa a um pequeno “negócio” comunitário, com a estruturação de uma “casa de farinha” como é chamada localmente.

De acordo com a senhora E.F.S. (*gurutubana* da comunidade de Jacarezinho), a casa serve a comunidade e o que é produzido é comercializado pelas famílias na feira em Janaúba. Entretanto, foi relatado que, com a irregularidade das chuvas no ano de 2012, aliada à escassez de água local, não houve uma produção de mandioca suficiente para a fabricação da farinha com a abundância que garantisse a comercialização.

Outro tipo de cultivo severamente atingido pela falta d'água são as hortas comunitárias e o arroz. As hortas são plantadas em terras de vazante (ou quintais) e são irrigadas por gravidade. Com a ocupação das terras das proximidades do rio até suas margens pelos projetos de irrigação, algumas famílias da comunidade não têm mais oportunidade de fazer uso dessa água. A Sra. E.F.S. (*gurutubana* de Jacarezinho) relata a esse respeito que “[...] *aquelas terras da margem do rio era nossa [comunidade], agora é da Brasnica*¹⁰. *Agente não tem mais acesso ao rio daqui de casa. Ai, a gente cavô a cacimba. Só que a água fica parada, suja, a gente desistiu de fazê horta*”. A cacimba citada pela *gurutubana* é uma grande escavação que acumula água do lençol freático e da chuva. Por ficar exposta e parada é considerada suja e de má qualidade.

O cultivo do arroz depende das áreas alagadiças que se formavam das margens do rio até a Lagoa Grande. Com a construção de Bico da Pedra e dos “*trieiros*” ou estradas, aliadas aos demais impactos ambientais já discutidos, esses brejos praticamente desaparecem. “*Antes a gente tinha essa área aqui toda alagada. Dava pra prantar. Agora tá tudo seco. [...] o rio morreu, virou um filhinho d'água*”. (Sr. L.B.S., *gurutubano* de Jacarezinho, 83 anos).

A morte do rio para os mais velhos é mais simbólica do que ligada a fatores estruturais como é o caso da construção da barragem. Eles contam lendas de caboclos d'água, da sua morte e por consequência das maldições que recaíram sobre as lavouras através da seca, além da dinâmica do rio que foi interrompida “[...] *antes ele chegava aqui onde é essa triera [estrada] aí passa e encontrava com a Lagoa Grande. Depois de um tempo ficô assim, não tem mais água não*”. (J.P.G., *gurutubano* de Jacarezinho, 76 anos).

Os elementos místicos estão presentes no cotidiano dos moradores de Jacarezinho que são católicos, mas misturam rituais de religiões africanas em suas rezas e crenças. A “benzeção”, as “mandingas” e ritos de passagem características da cultura negra estão presentes.

¹⁰A empresa Brasnica Frutas Tropicais possui várias fazendas no Norte de Minas atuando na fruticultura e na pecuária.

Os *gurutubanos* mais novos, entretanto, relatam o “roubo” de suas águas pelo represamento para fins de irrigação. Contam sobre a “morte do rio” por contaminação por agrotóxico e falam com indignação da pouca água que “[...] *ainda chega aqui na comunidade, mas daqui pra baixo não tem água nenhuma. Quando chega a seca braba, a gente fica sem água também, e o que corre é água de dreno, tudo contaminada*”. (Sr. J.S.J. *gurutubano* da comunidade de Jacarezinho).

A falta d’água ocasionada pelo represamento das águas pela barragem de Bico da Pedra é questionada por órgãos como o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM. O representante desse órgão, em entrevista, relata que o rio sempre foi intermitente (apesar de os *gurutubanos* negarem, em sua maioria, a afirmação) e o açude teve sua perenização como meta.

Comentado [A1]: Escever o nome completo

O estudo intitulado “Alocação Negociada da Água na bacia do Rio Gorutuba (Reservatório de Bico da Pedra) – Minas Gerais”, elaborado por Freitas (2003), mostra como a intermitência do rio e os diversos conflitos foram tema de reuniões com a presença de órgãos como a Agência Nacional das Águas - ANA, o IGAM, a EMATER e os usuários, que buscaram soluções. Utilizando modelos de operação do reservatório, análises climatológicas e levando-se em consideração as demandas por água foram estabelecidas outorgas de direito de usos que são rediscutidas todos os anos.

O documento cita, ainda, que a base de toda a estratégia foi o cadastro de usuários da bacia realizado pela ANA que, junto com os órgãos citados, trabalharam para estabelecer regras adequadas de uso da água.

Em Jacarezinho, entretanto, não se tem conhecimento dessas reuniões e, na prática, o que existe é a falta d’água de qualidade no rio. Em outras comunidades, como já tratado neste trabalho, o rio continua a secar durante grande parte do ano.

A figura 2 apresenta esquematicamente o modelo de demanda por água do Gorutuba no ano de 2007.

De acordo com a figura 2 e com os cálculos apresentados no estudo, o rio estaria perenizado levando-se em consideração a relação entre demandas (inclusive a vazão mínima do rio) e oferta, até mesmo em períodos em que as chuvas fossem mais escassas. No entanto, na prática, as comunidades a jusante de Bico da Pedra continuam a conviver com o Gorutuba seco a partir do fim do período chuvoso.

Isso ocasiona uma descrença nas ações e políticas de gestão institucionalizadas. “Comitê de bacia, ANA, IGAM, nenhum desses nunca resolveu nossos problemas”. (Sr. J.V.A., *gurutubano* de Jacarezinho).

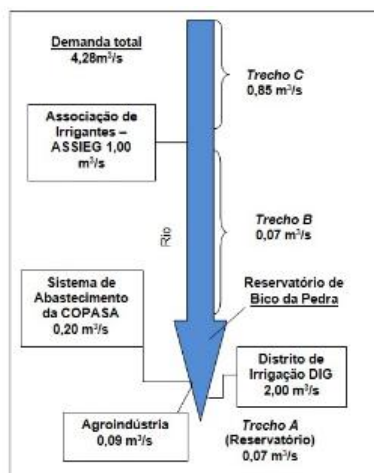


Figura 2: Esquema das demandas por Água do Reservatório de Bico da Pedra em Janaúba/MG

Fonte: LOPES; FREITAS (2007).

Org.: AFONSO, P.C.S., 2012.

A alternativa frente a pouca qualidade da água do rio Gorutuba, a diminuição das águas dos tanques e até mesmo da Lagoa Grande foi utilizar água do poço (ou água de comunidade) perfurado com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Associação de Moradores. Entretanto, essa nova forma de aquisição de água é considerada insuficiente para uso doméstico e manutenção das roças, principalmente das hortas.

Assim, se inicia a luta da Associação de Moradores para serem servidos também pela COPASA, já que a comunidade se encontra localizada muito próxima ao ponto de captação de água destinada à cidade de Janaúba. “Essa foi a alternativa mais viável. Foi uma demanda árdua, mas a gente conseguiu avanços. Já temos água na torneira”. (H.S.S., presidente da Associação de Moradores de Monte Alto fala da conquista de Jacarezinho e adjacências).

Entretanto, nem todos veem com bons olhos a presença da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA. Os entrevistados entendem que a água tem sabor ruim, fazendo referência ao tratamento com base na adição de cloro. Outros questionam o preço cobrado pela água, “Primero não pode molhá horta com uma água dessa. A pranta não vivi. Depois

quem guenta pagá a conta! Ninguém divia pagá por água". (Sra. A.M.B., *gurutubana* da comunidade de Jacarezinho).

Outro problema na comunidade é a falta de esgotamento sanitário. Apesar de atendidos pela empresa que deveria cuidar do abastecimento de água e do tratamento do esgoto, não há rede de coleta desse último, e em muitas casas não há nem mesmo fossas sépticas. O esgoto corre a céu aberto, contaminando os quintais onde se cultivam alimentos.

Quando indagados sobre a água de poço que serve a comunidade (ou água de comunidade), expressaram contentamento quanto à qualidade (gosto) e expõem que muitas famílias fazem uso dela para a satisfação de suas necessidades básicas, mas questionaram a precariedade do atendimento de suas demandas. *"Hoje água do poço serve pra moiá a prantação na maioria das casa. Ela chega aqui para nós por gravidade. Tem dia que dá prá todo mundo, tem dia que não chega para outros e assim a gente vai vivendo"*. (Sra. A.M.B., *gurutubana* de Jacarezinho).

Os relatos demonstram que os gradientes de domínio e finalidades de uso de acordo com sua qualidade foram comprometidos em Jacarezinho que não tem "acesso" àquela que historicamente foi a principal fonte de água da comunidade, o rio Gurutuba, nem tampouco a outras águas como as advindas dos furados (tanques). Os mais velhos relatam que *"[...] antigamente, agente usava água do furado pra bebê. [...] a lagoa servia para pescá, a água do Gurutuba para moiá pranta. Hoje agente usa a que tem"*. (L.B.S., *gurutubano* de Jacarezinho, 83 anos).

No entanto, o conflito por água na comunidade é menos latente que em outras bacias do Norte de Minas, como por exemplo, no vale do Riachão¹¹, devido às estratégias de abastecimento conseguidas pela Associação de Moradores que garante "água nas torneiras", mesmo que de forma insuficiente para a manutenção da lavoura e de sua baixa qualidade no entendimento dos entrevistados.

Além dessas novas formas de abastecimento de água, existem programas do governo federal que atuam através do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que atendem a esses sujeitos desde o ano de 2012 quando as chuvas no semiárido foram consideradas abaixo da média para o período chuvoso.

¹¹ Para mais informações sobre o conflito do Riachão ver Afonso, 2008, 2010, 2011, 2013.

O Garantia-Safra (GS) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são exemplos de programas que atenderam não só a comunidade, como todo o município de Janaúba. Ambos visam garantir a alimentação dos agricultores familiares. O primeiro é constituído por uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que visa beneficiar famílias que perderam safras de mandioca, arroz, feijão, milho, entre outros, nos municípios pertencentes a SUDENE e severamente atingidos pela seca. Após a aprovação do cadastro, é feito um repasse de seis parcelas mensais, com valores que são definidos a cada ano, à família requerente. O segundo (PAA) é uma ação do Programa Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar. Esse tem cinco modalidades e é oferecido em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Em Jacarezinho, os produtos da agricultura camponesa são comprados pela prefeitura de Janaúba para o abastecimento de escolas. As verbas para a compra se originam da referida ação.

Na comunidade em estudo, houve avanços com os programas que são vistos como “[...] *uma ajuda em boa hora*” (Sra. A.M., *gurutubana* de Jacarezinho) pelos locais. Entretanto, seguem uma mesma lógica de outros que atuaram na região e de forma assistencialista, não resolvendo as verdadeiras causas dos problemas vividos.

Apesar de solucionar momentaneamente questões como a perda de lavouras, proporcionou uma “desarticulação” da reivindicação por água no lugar. Diferente das comunidades localizadas ao longo da bacia, que contam ainda com obras como barraginhas (obras de barramento da água de chuva) e construção de cisternas de captação de água de chuva. Nessas, as reivindicações estão mais articuladas politicamente e contam com membros das Associações de Moradores como participantes do comitê de bacia (Verde Grande) e, principalmente, das reuniões que revisam, ano a ano, as outorgas conferidas aos usuários do Gorutuba.

Analisa-se que a diferença entre as comunidades está na intermitência do rio (em algumas não há água), aliada às ações de mineração que têm atingido mais fortemente as comunidades que estão a jusante de Jacarezinho. A escassez quantitativa de água gera, portanto, conflitos mais “inflamados” na busca de soluções mais imediatas.

Entretanto, as lutas persistem nas comunidades *gurutubanas*, seja por água, por terra, pelo reconhecimento de uma identidade, por uma existência com dignidade.

Considerações Finais

O presente estudo buscou analisar as formas de gestão e uso da água na região Norte de Minas Gerais, o que implicou no desafio de identificar como os *gurutubanos* usam secularmente os recursos naturais. Entendemos que ao conhecer os diversos modos de administrar e usar esses recursos e as diferentes culturas de lidar com a água, podemos articulá-las. Sem esse conhecimento, o resultado será a exclusão de parcela da população rural ao acesso e do processo de regulação das prioridades de uso dos recursos hídricos.

Populações rurais tradicionais como os *gurutubanos* possuem sistemas próprios de gestão das águas que normatizam usos, distribuição e partilha desse recurso. Boa parte das políticas públicas e dos projetos ao gerir os recursos hídricos de desenvolvimento agrário, em suas formulações e execuções, não leva em conta aspectos importantes de culturas locais. Na gestão comunitária o que é importante são aspectos que fazem parte de um processo maior que envolve ambiente, sociedade e cultura. Isso fica claro na ordem classificatória da água, na valorização da qualidade da água nos processos de gestão e controle comunitários das águas.

Referências

- AFONSO, P. C. S. **Gestão e disputa pela água na sub-bacia do Riachão, Montes Claros/MG**. 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA – UFAM, 2008.
- BONEMAISSON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, v.3.
- BRASIL. **Decreto nº. 4.887 de 30 de novembro de 2003**. Regulamenta o processo de identificação, delimitação e demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombola. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 29/04/2012.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA - CEDEFES. **Quilombos Gerais**. 2008. Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/index.php?p=antigas&Id=421>. Acesso em: 27 jan. 2012.
- CLAVAL, P. A **Geografia Cultural**. Trad. Luiz Fugazzola e Margareth de Castro Afheche Pimenta. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.
- COSTA FILHO, A. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro**. 2008. 277f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- _____. **Laudo de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo do Gurutuba (Norte de Minas Gerais)**. Brasília, 2005. (mimeo).

- COSTA, J. B. A. Cultura, natureza e populações tradicionais. **Revista Verde Grande**, Montes Claros, v.3, n.3, p. 37-64, 1999.
- FREITAS, M.A.S. 2003. Alocação negociada de águas na bacia hidrográfica do rio Gorutuba (Reservatório Bico da Pedra) Minas Gerais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 15., 2003, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABRH. 1 CD-ROM.
- FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. 2009. Disponível em: http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf. Acesso em 11/03/201.
- GALIZONI, F. M. **Águas da vida**: população rural, cultura e água em Minas. 2005. 192f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- GUIMARÃES, L. C. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção**: ocaso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido-MG (1989-2001). 2012. 195f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- O'DWYER, E.C. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. et. al. (Org.). **Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto nova cartografia social da Amazônia: UEA Edições, 2010, p. 42-49.
- OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 43, p.185-206, set/dez. 2001.
- PAULA, A. M. N. R. **Travessias...** movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do Norte de Minas. 2009. 298f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- PIRES, S. R. **Gorutuba**: o padre e a bala de ouro. Belo Horizonte: Barvalle Ins. Gráficas Ltda. 1982.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. As minas e os gerais: breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia de Norte de Minas. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. (Org.). **Cerrados e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: CAA, 2000. p. 19-46.
- _____. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M I. M. (Org.). **O campo no século XXI**: territórios de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 207-254.
- RIBEIRO, R. F. História ecológica do sertão Mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. (Orgs.). **Cerrado e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000. p. 47-106.
- RODRIGUES, L.; NASCIMENTO, J.R.; CHAGAS, I. A nova fronteira da agroexportação e a questão agrária no Norte de Minas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2005, p. 1-29.
- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org). **Geografia**: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.
- TEIXEIRA, Francisco José Coelho. **Modelos de gerenciamento de recursos hídricos: análises e proposta de aperfeiçoamento do sistema do Ceará**. Brasília: Banco Mundial e Ministério da Integração Nacional, 2004.